



O debate latino-americano na encruzilhada do tempo presente

The Latin American debate at the crossroads of the present-day

Luís Eduardo da Rocha Maia Fernandes*

 <https://orcid.org/0000-0002-3703-8710>

Segundo o cientista político argentino, Atilio Boron, o território latino-americano é estratégico para o imperialismo contemporâneo. “Trata-se da região do planeta melhor dotada de recursos naturais: entre 42 e 45% da água doce da Terra, grandes reservas de petróleo em países como Venezuela, Brasil e Equador, 80% das reservas de lítio e a maior biodiversidade do mundo” (BORON, 2020, p. 128). Essas riquezas são basilares para os novos ciclos de acumulação e desenvolvimento tecnológico do capitalismo.

O texto de Muniz Ferreira bem contextualiza a inserção periférica/dependente das economias latino-americanas no bojo do desenvolvimento histórico do mercado mundial e do capitalismo. Ademais, seus indicativos políticos e econômicos sobre as relações de poder interestatais no capitalismo contemporâneo se aproximam com os de Boron. Para ambos, numa perspectiva de longa duração, estaríamos constatando o declínio relativo da liderança do imperialismo estadunidense.

Esse declínio relativo se aprofundou diante das consequências econômicas e sociais da crise de 2008, dando início a uma época para o economista inglês Michael Roberts (2016), de longa depressão da economia mundial capitalista. Além disso, a explosão de contínuas crises financeiras, a tendência às quedas das taxas de lucros do capital monopolista-financeiro e a ascensão de novos agentes internacionais, como a China, na corrida tecnológica da Inteligência artificial, internet das coisas, robótica e automação, 5G, blockchain e impressoras 3D corroboram para esse declínio relativo.

Contudo, o domínio estadunidense e seus aliados ‘ocidentais’ do sistema financeiro internacional, das atuais fronteiras tecnológicas e militar potencializam a agressividade das intervenções imperialistas. Segundo Ferreira:

Estes movimentos conjunturais se verificam sobre o pano de fundo de um cenário internacional caracterizado por transformações substantivas, que se caracterizam pela continuação do processo de corrosão gradativa da hegemonia exercida pelos Estados

* Historiador. Doutor em Serviço Social. E-mail: luisedumfernandes@gmail.com.



© O Autor. 2022. Acesso Aberto. Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Unidos e seus aliados no cenário internacional, tanto no terreno econômico, quanto sob os aspectos político, diplomático e militar. Em contrapartida deste enfraquecimento relativo transcorrem fenômenos paralelos, como a ascensão da China na economia internacional e seu ingresso definitivo na disputa pelos mercados latino-americanos. Nos terrenos econômico, diplomático e estratégico, a gradual solidificação de uma convergência euroasiática, aproximando China-Rússia e Índia, delinea a possibilidade de configuração de um bloco de poder alternativo ao das potências capitalistas ocidentais. A má notícia para nós é que, seguramente, tais transformações históricas jamais serão vivenciadas passivamente pela potência imperial, que recorrerá a todos meios a seu dispor para impedir ou retardar o ocaso de sua hegemonia (FERREIRA, 2022, p. 16).

Decerto, se, conforme já apontado por Ferreira, a primeira década do século XXI foi marcada pela combinação entre insurreições populares antineoliberais e a conformação de governos populares, com heterogêneas composições sociais e diferentes graus de radicalidade política, os anos de 2010 podem ser caracterizados pela ascensão de uma nova direita na região: ultraliberal, neoconservadora e, em alguns casos, abertamente fascista, assim como, pela ofensiva imperialista sob a região por meio de novas formas e métodos.

A radicalização da regressão dos aparatos produtivos mais complexos, em especial as indústrias de transformação, a dependência e privatização das rendas oriundas das exportações de commodities e do extrativismo, a dolarização das economias nacionais e a pressão pela adoção de uma série de políticas econômicas austeras e privatizantes de recursos estratégicos ajudaram a redefinir as alianças entre o grande capital financeiro-monopolista transnacional, as burguesias e oligarquias locais. Essa redefinição gerou grandes custos sociais e democráticos nos países latino-americanos.

Segundo o relatório *Panorama Social da América Latina, 2021* da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), em 2021, 45,9% da população latino-americana, cerca de 287 milhões de pessoas viviam na situação de pobreza ou extrema-pobreza na região. O desemprego afeta, em especial, mulheres e jovens. Segundo dados de 2020, citados no relatório, cerca de 21% dos jovens da região não estudam nem trabalham. No geral, esses indicadores sociais se deterioraram, a partir de 2015 e explodem com a pandemia de Covid-19 (CEPAL, 2021).

Além dos efeitos pandêmicos, as consequências da guerra em território ucraniano entre forças alinhadas à OTAN e as forças armadas russas agudizam os conflitos e contradições nos padrões econômicos e institucionais da “globalização neoliberal”. A escalada beligerante, impulsionada pelos EUA, a repatriação de parte das cadeias produtivas, o aumento dos custos de produção, dos juros e a consolidação do estagflação na economia mundial apontam para uma política dos Estados imperialistas cada vez mais unilateralista diante das resistências e até derrotas parciais nas disputas tecnológicas e comerciais, principalmente com a China.

O presente artigo, em diálogo com os apontamentos de Ferreira, versa por apresentar uma síntese introdutória sobre parte dos recentes debates entre forças populares e progressistas latino-americanas diante da encruzilhada histórica que vivemos.

Além da centralidade da luta pela derrota imediata das direitas ultraliberais, neoconservadoras e/ou fascistas nas eleições, como no Brasil e Colômbia, é ponto de relativo consenso que uma nova “onda progressista” não terá as mesmas condições materiais, assim como encontrarão aparatos estatais com menos capacidade institucional soberana. No campo político, a vio-

lência de grupos de extrema-direita, o paramilitarismo e a formação ideológica imperial de lideranças liberais-conservadoras e até progressistas são entraves para a renovação de projetos revolucionários e reformistas na região.

Nesse sentido, dividimos essa síntese introdutória, complementar aos apontamos de Ferreira, em quatro partes. Além dessa introdução, apresentaremos uma contextualização dos seguintes desafios para uma nova *onda progressista*: a) a centralidade anti-imperialista, b) os debates sobre condições materiais e os conflitos com as oligarquias e burguesias e, por fim, c) as condições políticas para as resistências, e avanços das lutas populares.

A centralidade anti-imperialista

Em 2020, no contexto da ascensão golpista na Bolívia, mais tarde derrotada, o bilionário, Elon Musk, surpreendeu muitos com a sua declaração “Vamos dar um golpe em quem quisermos”. Musk é proprietário da Tesla, uma das principais *Big Techs* estadunidenses e interessada nas grandes reservas de lítio na América do Sul. O lítio é um metal estratégico, utilizado na indústria farmacêutica e em eletroeletrônicos.

Por sua vez, no Brasil, as relações entre a Operação Lava Jato e o Departamento de Justiça dos EUA, assim como todo desmonte, logo após o golpe de 2016, das políticas moderadamente estatizantes da Petrobrás que culminaram na revisão do marco regulatório do Pré-Sal, privatização de refinarias e na nova política de preços para combustíveis em paridade com o mercado internacional a fim de beneficiar acionistas nacionais e estrangeiros, revelaram um inquestionável componente externo nas dinâmicas políticas e sociais na América Latina.

Desde 2009, a partir do golpe em Honduras contra o presidente Zelaya, o continente latino-americano vivenciou profundos impasses entre a relativa estagnação das experiências progressistas e a radicalização neoliberal. As eleições de Piñera, Macri e Duque no Chile, Argentina e Colômbia respectivamente, ademais a destituição do presidente Lugo do Paraguai em 2012; o golpe parlamentar no Brasil em 2016 e a derrubada do governo de Evo Morales na Bolívia em 2020 e as ações de guerra econômica e operações de desestabilização contra o governo de Nicolas Maduro na Venezuela comprovam a combinação de intervenções institucionais, extra institucionais e até golpistas no seio das direitas latino-americanas.

O refluxo “progressista” e o avanço da radicalização direitista no continente, ao longo da década de 2010, impôs alguns debates no seio das esquerdas na região. Um deles, ainda em curso, se remonta a um balanço sobre os avanços, limites e dificuldades de renovação das experiências de governos populares. Curiosamente ou não, as experiências que lograram maior poder de resistência e mobilização foram aquelas que desenvolveram estratégias abertamente anti-imperialistas, como na Bolívia e Venezuela.

Além disso, para experiências mais moderadas como a brasileira, dado o atual contexto internacional, grande parte de possíveis medidas populares, democráticas e de restauração da (parcial) soberania nacional representam confrontos diretos com o atual padrão de acumulação financeira e a economia política imperialista. Nesse sentido, as discussões sobre a caracterização do imperialismo contemporâneo e inserção periférica/dependente ganharam novo impulso nos meios da esquerda latino-americana.

Em 2019, o economista argentino, Cláudio Katz, ganhou o prêmio *Libertador de pensamento crítico* dado pelo governo venezuelano, por conta de sua obra *A Teoria da Dependência: 50 anos depois*. Tratou-se de um valoroso esforço de Katz (2020) em sintetizar as diferentes abordagens sobre a teoria do imperialismo e da dependência para América Latina, principalmente após 1945.

Na interpretação de Katz (2020), se aproximando mais das abordagens do marxismo endogenista de Augustín Cueva, a dependência e o subdesenvolvimento seriam particularidades das vias de desenvolvimento do capitalismo latino-americano embora rejeite a existência de leis de tendência específicas do capitalismo dependente. Nesse sentido, o legado das teorias da dependência para o século XXI estaria na apropriação de uma agenda ampla de pesquisas, abordagens e de enfrentamentos políticos-ideológicos.

Apesar dessa conclusão, Katz reconhece o valor de parte das proposições da versão marxista da teoria da dependência. Marini (2000) conceituou o capitalismo dependente a partir de suas observações sobre o ciclo de financiamento, produção e comercialização dessas economias em comparação com os países centrais e o menor investimento privado nas ex-colônias. Constatou também que o capital estrangeiro drenava recursos por meio de royalties, excedentes ou compra de maquinaria. No entanto, o cerne para compreender a extração dos lucros extraordinários dos grandes monopólios estaria na superexploração da força de trabalho, em especial por conta da população excedente de trabalhadores em diversas regiões latino-americanas.

De certa forma, Marini propõe desdobramentos da lei do valor de Marx a partir das especificidades latino-americanas. Superexploração da força de trabalho e subimperialismo, devido às atrofias do mercado interno e o “desenvolvimento do capitalismo dependente”, fazem parte de um arsenal de categorias desenvolvido não só por Marini, mas também por Vania Bambirra, Theotônio dos Santos e outros intelectuais.

Katz, em seu livro, flexibiliza as duas principais categorias da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Katz concorda que a problemática das duas crises da periferia industrializada investigadas por Marini intensificar-se-ia nesse século, isto é, por um lado haveria uma sangria de divisas provocada pelo pagamento de juros, patentes e *royalties* aos grandes monopólios internacionais e, por outro, haveria uma crise de realização devido à atrofia dos mercados internos. Outro legado oriundo dos fundadores da TMD que Katz (2020) reivindica é a atualidade das transferências de valor e mais-valor por meio das cadeias globais produtivas lideradas por grandes corporações sediadas em países imperialistas.

No entanto, o economista argentino questiona a validade da categoria de superexploração como base socioeconômica da dependência e do imperialismo contemporâneo. Para ele a internacionalização da lei do valor devido ao processo de globalização notabilizou-se por uma hierarquização dos preços do valor da força de trabalho a partir de elementos históricos, como a correlação de forças na luta de classes, e estruturais, como a inserção de cada país nas cadeias de valor globais. Segundo Katz, “[...] a dependência não se baseia na violação, mas no cumprimento da lei do valor” (KATZ, 2020, p. 280). Esse critério seria decisivo na caracterização da força de trabalho e, também, “[...] forneceria um guia para resolver velhos enigmas da teoria marxista, como a transformação de valores em preços” (KATZ, 2020, p. 280).

Sobre o subimperialismo, Katz afirma que as bases econômicas desse fenômeno descritas por Marini, em especial as restrições de mercado interno, não se sustentam. Além disso, entre os “países intermediários” também há importantes diferenças: o ponto central para o intelectual argentino seria o papel de cada país nas cadeias globais de valor e o respectivo poder militar. Além disso, o autor também aponta importantes diferenças no ciclo da dependência contemporânea e o redesenho da divisão internacional do trabalho após a emergência do neoliberalismo.

O predomínio extrativista na América Latina, a desindustrialização de países como Brasil e Argentina, o crescimento industrial asiático e os novos mecanismos de dominância financeira e tecnológica dos países imperialistas, em especial os EUA, são algumas transformações apontadas. Para ele, a teoria marxista da dependência clássica não daria conta de interpretar, por si só, esses novos fenômenos, embora o autor não ofereça grandes alternativas, por exemplo, numa interpretação ainda vaga sobre o desenvolvimento chinês.

Além de Cueva, Katz também se aproxima das formulações de outro pensador marxista terceiro-mundista fundamental, o franco-egípcio Samir Amin. Desde a década de 1960, Amin construiu uma agenda teórica sobre a *mundialização da lei do valor*. Para Amin, desde a década de 1970, diante do fenômeno da reestruturação produtiva e da financeirização, a base econômica da produção e realização do valor se internacionalizou. O capitalismo realmente existente, segundo esse autor, se materializaria por meio da subordinação de diversas formações sociais não capitalistas à lógica das cadeias globais de valor e do mercado mundial.

Em uma das suas últimas obras, Amin (2011) enfatizou a importância da chamada arbitragem global do trabalho. Essa arbitragem seria fruto da contradição entre a mobilização (quase) irrestrita dos capitais em contraste com formas nacionais de controle do mercado de trabalho a fim de potencializar as taxas de exploração e expropriação dos trabalhadores e outras classes subalternas. Nessa perspectiva, o imperialismo contemporâneo seria a economia política das transferências de riqueza do “sul global” para o “norte”, tendo como base econômica a generalização do capital monopolista financeiro e das cadeias globais de valor.

Além dos mecanismos de mercado como as trocas desiguais, pagamento de juros, royalties, hierarquia monetária, dentro outros, Amin enfatiza a importância do domínio geopolítico dos monopólios imperialistas dos fluxos financeiros, acesso a recursos naturais, armas de destruição de massa, meios de comunicação e da ciência e tecnologia como parte da dialética da economia política do imperialismo contemporâneo (AMIN, 2005).

Esses temas foram aprofundados por diversos intelectuais orgânicos dos “sul” e do “norte” global. Sobre a intensificação da produção e apropriação dos (mais)valores no eixo euroasiático as obras de John Smith (2016) e Intan Suwandi (2019) são fundamentais, Usta e Prabhat Patnaik (2016) relacionam o imperialismo contemporâneo com as políticas de austeridade estrutural e a deflação da renda dos povos do sul como maneiras de consolidar uma correlação de forças favorável à extração de lucros para o capital metropolitano, marxistas chineses como Cheng Enfu e Lu Baolin (2021) refutam as hipóteses sobre a caracterização da China como um Estado imperialista centrado seus argumentos sobre as características particulares do capital e sistema financeiro chinês, o planejamento de investimento não pautados exclusivamente em superlucros e ainda a enorme drenagem ocidental da mais-valia produzida na China.

Na América Latina, além de Katz, partidários ou não da TMD, estão desenvolvendo pesquisas, abordagens e renovações sobre imperialismo e dependência. Cabe destacar a recente obra organizada por Nestor Kohan (2022) sobre o tema, assim como os estudos de Carlos Eduardo Martins e Adrián Soltelo Valência (2009) sobre a relação entre a superexploração da força de trabalho e a financeirização, Silva Amaral (2012) também relaciona a dominância financeira com o imperialismo e a dependência. Já Elizabeth Moura Germano acentua a relação entre dependência, imperialismo e a economia do conhecimento no capitalismo brasileiro¹.

Mesmo assim, cabe sublinhar que esses esforços valorosos ainda são marginais no contexto da esquerda latino-americana. A denúncia do imperialismo ainda se concentra mais em suas formas como os novos mecanismos de intervenção como as *guerras híbridas* e o *lawfare*.

Em nossa pesquisa de doutoramento, tentamos realizar essa relação entre forma e conteúdo do imperialismo contemporâneo por meio do estudo da institucionalidade anticorrupção e a Operação Lava Jato e sua funcionalidade com a economia política do imperialismo contemporâneo (FERNANDES, 2022).

A centralidade política e teórica anti-imperialista é um desafio para o conjunto das forças populares latino-americanas. O contexto internacional instável, a estagnação da economia mundial e o unilateralismo das potências imperialistas, sobretudo os EUA, tendem a aguçar os conflitos “internos e externos”, os quais abordaremos parcialmente a seguir.

Base material e conflitos sociais para uma nova “onda progressista” latino-americana

No início desse século, a combinação de elementos “externos e internos” econômicos-sociais favoreceram a constituição de governos populares latino-americanos com composições sócio-políticas distintas, assim como governabilidades, coalizões e blocos de poder nos Estados nacionais diferentes.

A aceleração do crescimento chinês, em especial por meio de grandes projetos de infraestrutura e o *boom* de seu mercado imobiliário, a formação de bolhas financeiras em torno de alguns commodities, o aumento dos mercados internos latino americanos graças a políticas de transferência de renda e valorização dos salários mínimos e a utilização de mais mecanismos governamentais de política econômica (estatizações, nacionalizações moderadas de empresas estratégicas, bancos públicos, etc) viabilizaram a ampliação de políticas sociais e melhores condições de vida para amplos setores da população latino-americana.

Ademais, no plano político, o desgaste político e ideológico do imperialismo estadunidense por conta da invasão do Iraque e, posteriormente, os efeitos da crise de 2008 diminuíram relativamente o poder de intervenção imediata dos EUA na conjuntura latino-americana.

No entanto, na década de 2020, essas condições são piores. A onda reacionária em combinação com a ofensiva imperialista deixa como legado, principalmente nas maiores economias do

¹ Cabe sublinhar as críticas de partidários da TMD à abordagem de Cláudio Katz (2020), como Jaime Osório (2019) e Marcelo Dias Carcanholo (2017). Ambos autores defendem, principalmente, a atualidade da superexploração da força do trabalho como um traço estrutural definidor particular de compensação das drenagens de riquezas e mais-valias produzidas na América Latina. Em nossa tese também apresentamos uma breve síntese desse debate.

continente como Brasil, Argentina, México e Colômbia, um grande número de amarras institucionais ultraliberais, privatizações e, conseqüentemente, menos mecanismos de intervenção política e econômica para rever tais medidas no curto prazo. Por exemplo, na Argentina, um acordo draconiano com o FMI, firmado durante o governo Macri, reascende os debates sobre o não pagamento da dívida externa.

Por outro lado, no Brasil, a institucionalização da austeridade fiscal, a revisão do marco regulatório, moderadamente nacionalista, do pré-sal, as contrarreformas trabalhista e da previdência são parte do legado de tentativa de destruição de direitos sociais e da soberania nacional firmados como compromissos na constituição de 1988.

Nesse sentido, a base sócio-econômica para um *reformismo fraco* e que despolitize os conflitos sociais priorizando a estabilidade institucional é consideravelmente menor na atual encruzilhada histórica. Mesmo governos de ampla coalização, populares e moderados, como no Brasil e Argentina, tendem a enfrentar conflitos e contradições permanentes com o capitalismo monopolista financeiro e transnacional.

Vejam, por exemplo, o caso brasileiro. Medidas como a revisão da política de preços da Petrobrás, revisão de parte da contrarreforma trabalhista e investimentos diretos estatais em infraestrutura e educação representam a perda de alguns milhões e até bilhões de dólares nos bolsos da grande burguesia local e internacional. Desde 2015, a reorientação para um padrão de acumulação predominantemente financeiro no capitalismo brasileiro acentuou a associação subordinada da burguesia brasileira aos processos de desnacionalização e desindustrialização.

Além disso, a guerra defensiva do Estado capitalista russo em território ucraniano contra a OTAN, por seu caráter prolongado e utilizando também de táticas econômicas contra o ocidente, reascendeu o debate sobre as possibilidades da efetividade de um mundo multipolar. Para alguns analistas, a desorganização de parte das cadeias de valor, a crise na oferta no preço de alimentos e o cenário de estagflação nas grandes economias capitalistas poderiam representar uma “janela de oportunidades” para os povos do “sul global”.

A ostensividade das sanções econômicas aplicadas contra a Rússia, em especial sua retirada do sistema SWIFT, a possível entrada de novos países na OTAN, assim como o apoio velado ou aberto dos EUA e seus aliados a grupos de extrema direita e neonazistas demonstram o grau de agressividade imperialista em busca de garantir a supremacia estadunidense na gestão do *imperialismo coletivo*. No entanto, a resiliência da economia russa e o estabelecimento da aliança estratégica sino-russa demonstram de igual modo a maior capacidade de resistência.

O fato de China e Rússia terem aumentado as suas reservas de ouro e o comércio de mercadorias fora do dólar, a Arábia Saudita ter admitido a possibilidade de comercializar petróleo em Yuan, em nossa avaliação, demonstram uma importante resiliência estratégica. Contudo, uma troca da hierarquização monetária pressupõe uma profunda mudança na correlação de forças do ponto de vista política, militar e econômica.

Em última instância, a hegemonia do dólar se realiza por meio das centenas de bases militares dos EUA espalhadas pelo planeta. No início dos anos 2000, segundo dados do BID, 70% das

reservas dos Bancos Centrais estavam em dólar, em 2021 esse número caiu para cerca de 59%. Contudo, a maior diversificação se deu ao Euro e menos a outras moedas.

No caso chinês, o sistema financeiro sob controle público e o caráter fechado de sua conta financeira da balança de pagamentos impõem empecilhos para que o Yuan se universalize como reserva de valor. Portanto, no curto-médio prazo o dólar se mantém predominante convivendo com outros agentes com capacidade de resistência no âmbito econômico, político e militar.

A atual encruzilhada, em que pese a ofensiva imperialista e a perspectiva cada vez mais unilateralista dos EUA, possibilita oportunidades de negociação, inserção soberana e independente para os países latino-americanos no sistema internacional. Uma oportunidade histórica-estratégica de refundação do *terceiro-mundismo*.

No plano regional, diante das atuais contradições, surgem oportunidades para projetos integracionistas por meio de grandes projetos de infraestrutura, regionalização de cadeias produtivas de commodities, ampliação da ação de bancos públicos regionais e até a criação de uma moeda regional com lastro real. Decerto, esses avanços dependem de uma nova correlação de forças na região e capacidade política de coordenação macroeconômica entre os governos da região.

Frações burguesas e oligarquias locais podem apoiar setorialmente algumas iniciativas, contudo sua dependência e associação ao capital monopolista-financeiro transnacional e ao processo de financeirização, assim como seus vínculos políticos e ideológicos históricos com a burguesia estadunidense tendem a manter esses setores na oposição a qualquer projeto de integração latino-americana.

Essa oposição e a radicalização ideopolítica das direitas latino-americanas, contando com braços paramilitares, tendem a tornar cada vez mais o “integracionismo”, a defesa das soberanias nacionais e dos direitos democráticos como parte de novos projetos radicais e até revolucionários da esquerda latino-americana.

A vitória eleitoral de forças progressistas, populares e de esquerda contra a direita liberal e/ou neoconservadora é um importante e necessário passo, contudo sem perder a dimensão para a construção de uma nova correlação de forças, fundamentalmente popular e anti-imperialista, no seio dos movimentos contra-hegemônicos.

Recriar a esperança no futuro

O ex-vice-presidente da Bolívia, Álvaro Linera, é uma das principais referências intelectuais e políticas da esquerda latino-americana, mediante, em especial, seu protagonismo na direção da revolução “nacional e democrática” na refundação do Estado plurinacional boliviano. Em suas últimas intervenções, Linera (2022) tem defendido uma renovação no programa econômico e político do “progressismo latino-americano” a fim de aprofundar os processos de mudança e até revolucionários no continente.

A taxação de grandes fortunas, lucros e grande propriedade, combate à evasão de divisas para paraísos fiscais e a industrialização sustentável ambientalmente das cadeias produtivas de

commodities seriam parte das principais medidas de melhor distribuição das rendas, riquezas e desenvolvimento das forças produtivas.

No entanto, para o líder boliviano, o principal desafio para a próxima década se situa na necessidade de recriação de um porvir de esperança para os povos latino-americanos. Segundo ele, essa falta de perspectiva num futuro coletivo melhor e promissor para as sociedades é um dos legados do neoliberalismo e sua radicalização. O desafio das esquerdas e do novo ciclo progressista residiria em conseguir desenvolver essa necessidade subjetiva.

Decerto, o programa de Linera (2022), adequado ao processo boliviano, versa por aprofundar um processo de transformação protagonizado por poderes populares (institucionalizados e extra-institucionais) e a domesticação de parte das oligarquias e burguesias locais a fim de acelerar o desenvolvimento de uma base material que possibilite um bem-estar social mais próspero para a maioria da população.

Mesmo assim, conforme já abordado anteriormente, na atual quadra histórica, a dimensão do conflito e do acirramento das lutas de classes ganham contornos ainda mais centrais mesmo em governos populares moderados. O principal determinante não se trata exclusivamente na habilidade e talento das lideranças em negociar e compor com outras forças políticas e sociais, mas a própria natureza da acumulação de capital em sua etapa neoliberal e o contexto da ofensiva imperialista em relativo declínio dos EUA.

O protagonismo popular na vitória contra o violento golpe de 2021 na Bolívia, a insurreição nas ruas do Chile por uma nova constituinte, os protestos generalizados na Colômbia e, em menor grau, as manifestações contra o governo Bolsonaro no Brasil revelam a necessidade de combinação de estratégias de poder popular e de ocupação de espaços institucionais, não imune a complexas contradições.

Essas contradições residem, em especial, na capacidade do movimento popular e dos trabalhadores de conseguir aliar táticas de resistência a possíveis intentos golpistas de novo tipo, atentados às liberdades civis e democráticas às estratégias que acumulem para a viabilidade de uma transição socialista.

Nessa perspectiva, no campo da batalha das ideias, passa a ser fundamental a luta por “descolonizar” o pensamento médio da esquerda latino-americana. Desde os anos de 1980, como consequência de suas derrotas parciais impostas por movimentos anticoloniais e antiimperialistas, a base ideopolítica imperialista se renovou. O trabalho, antes concentrado por agências de inteligência, passou a contar com uma rede de aparelhos privados de hegemonia transnacionais, sediados nos países imperialistas, em especial no eixo anglo-saxão.

ONG's, entidades filantrópicas, empresariais e até populares, a partir de generosas doações de governos e bilionários, se especializaram na educação política, ideológica e cultural das classes dominantes e até de movimentos sociais das classes subalternas do “sul global”. Essas entidades possuem muitas vezes variados posicionamentos ideopolíticos, mas são funcionais para o imperialismo nos seguintes aspectos: 1) ajudar na construção de uma correlação de forças totalmente desfavorável à movimentos e partidos populares e revolucionários nos países periféricos, 2) promover uma redução ideológica dos horizontes estratégicos de transformação para as classes subalternas.

Em nossas pesquisas, amparados pelas abordagens de James Petras, René Dreifuss e Carlos Nelson Coutinho, denominamos esse processo de “ocidentalização periférica”. A ocidentalização periférica promoveu na América Latina um *progressismo liberal*.

O progressismo liberal coopta pautas fundamentais da realidade latino-americana: o antirracismo, as lutas dos povos originários, o feminismo e os direitos das populações LGBTQI+, assim como faz oposição a governos ultraliberais, neoconservadores ou neofascistas.

O progressismo liberal latino-americano se relaciona com o social-liberalismo, mas possuem bases sócio-políticas distintas. O progressismo liberal é aparentemente oriundo de movimentos da base da sociedade civil num sentido gramsciano. No plano governamental e na formulação de políticas públicas, o progressismo liberal se associa aos ditames econômicos e sociais do social-liberalismo.

Essa vertente minimiza lutas e debates em torno do desenvolvimento econômico, industrial, da integração continental, democracia e poder popular, assim como a perspectiva de constituição de um novo poder socialista e antiimperialista. Ademais, valendo-se do ideário pós-moderno, fragmentam as diversas lutas específicas sem relacioná-las com a perspectiva de superação do subdesenvolvimento e do capitalismo.

Nesse sentido, na batalha das ideias das lutas de classes na sociedade civil, além do ultraliberalismo, neoconservadorismo e do neofascismo, o *progressismo liberal* é um dos principais entraves para a renovação estratégica das esquerdas latino-americanas.

Conclusões para a continuidade do debate

Em diálogo com Muniz Ferreira sobre as encruzilhadas na presente conjuntura latino-americana, identificamos, em concordância com o professor supracitado, a possível emergência de um processo contraditório de levantes populares e a eleição de governos populares de esquerda e centro-esquerda nesse início de década no continente. A partir dessa constatação, contribuimos para o debate por meio de três pontos: a atualidade dos debates teóricos e lutas anti-imperialistas, a base socioeconômica para uma nova onda progressista e a necessidade de renovação política estratégica das esquerdas latino-americanas.

No que tange ao anti-imperialismo, constatamos uma predominância política e teórica na denúncia nas novas formas de intervenção imperialista sem relacioná-las com o conteúdo da economia política do imperialismo contemporâneo. Por isso, resgatamos parte dos debates mais recentes sobre o tema. Em seguida, ressaltamos as condições socioeconômicas distintas nessa década comparadas às do início do século na América Latina. Indicamos que, mesmo para projetos mais moderados de centro-esquerda, a dimensão do conflito e da luta de classes estará em um outro patamar em possíveis novas experiências.

Por fim, dialogamos com as últimas intervenções de Álvaro Linera sobre a necessidade da nova onda progressista recriar a esperança num futuro coletivo mais próspero para os povos. Além de propor uma estratégia econômica que viabilize o desenvolvimento das forças produtivas e redistribua parte das riquezas e rendas da sociedade, enfatizamos a necessidade de atualizarmos a luta anti-imperialista e democrática na batalha das ideias. A “descolonização do pensamento médio da esquerda latino-americana” se relaciona também com a crítica ao

“progressismo liberal latino-americano” e seus apontamentos funcionais para a lógica do subdesenvolvimento e da dominação imperialista.

Referências

- AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em Economia)-Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- AMIN, Samir. O imperialismo, passado e presente. **Tempo**, Niterói, 2005, v. 9, n. 18, p. 77-123, 2005. Doi 10.1590/S1413-77042005000100005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/Fzm4BXPmV6GGbBdFvwpPSh/?lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2022.
- AMIN, Samir. **La ley del valor mundializada**. Madri: El Viejo Topo, 2011.
- BORÓN, Atilio. Notas sobre a Atualidade do Imperialismo e a Nova Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos. In: LÓPEZ, Emiliano (org.). **As Veias do Sul continuam abertas**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- CEPAL, **Panorama social de América Latina 2021**. Santiago: Naciones Unidas, Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46687-panorama-social-america-latina-2021>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Dependencia, Super-Explotación del trabajo y Crisis: una interpretación desde Marx**. Madrid: Maia Ediciones, 2017.
- ENFU, Cheng; BAOLIN, Lu. Five characteristics of neoimperialism: building on Lenin's theory of imperialism in the twenty-first century. **Monthly Review**, New York, 1º maio 2021. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2021/05/01/five-characteristics-of-neoimperialism/>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- FERNANDES, Luís Eduardo da Rocha Maia. **O imperialismo legal**: os elos entre o imperialismo tardio e a lava jato no Brasil. 2022. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- KATZ, Claudio. **A teoria da dependência 50 anos depois**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- KOHAN, Nestor. **Teorías del imperialismo y la dependencia desde sur global**. Buenos Aires: Editorial Cien Flores, 2022.
- LINERA, Álvaro García. **La política como disputa de las esperanzas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/168975/1/La-politica-como-disputa.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. *In*: SADER, E. (Org.). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes/CLACSO/Laboratório de Políticas Públicas, 2000. pp. 105-165.

MARTINS, Carlos Eduardo. A Superexploração do Trabalho e a Economia Política da Dependência. *In*: MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo. (Org.). **A América Latina e os desafios da Globalização**. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 189-216.

OLIVEIRA, Elizabeth. **A Economia do Conhecimento e uma nova forma de dependência no capitalismo brasileiro**. 2017. Tese (Doutorado em economia)-Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

OSÓRIO, Jaime. As vicissitudes de uma nova interpretação sobre o subdesenvolvimento e a dependência: notas críticas à proposta de Claudio Katz. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília (DF), v. 12, n. 3, p. 69-84, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/25547>. Acesso em: 12 out. 2021.

PATNAIK, Prabhat; PATNAIK, Utsa. **A Theory of Imperialism**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2016.

ROBERTS, Michael. **La Larga Depresión**. Madri: El Viejo Topo, 2016.

SMITH, John. **Imperialism in the Twenty-First Century: the globalization of production, superexploitation, and the crisis of capitalism**. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2016.

SUWANDI, Intan. **Value chains: The New Economic Imperialism**. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2019.

Luís Eduardo da Rocha Maia FERNANDES

Professor de História. Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (2016). Doutor em Serviço Social pela UFRJ (2022). Possui como temas de pesquisa: economia política, formação social brasileira, imperialismo contemporâneo e suas novas formas de intervenção no Brasil e América Latina. Organizador do livro “Introdução ao Imperialismo Tardio”, publicado pela Editora Ruptura em 2022.
